

## Entrevista

# O papel da avaliação na implementação de políticas climáticas ambiciosas. Uma entrevista com Ana Toni

The role of evaluation in implementing ambitious climate policies.  
An interview with Ana Toni

Martina Rillo Otero<sup>1\*</sup> , Amanda Barroso Lima<sup>2</sup> , Mariana Guimarães dos Santos<sup>3</sup> 

<sup>1</sup>Instituto Clima e Sociedade (iCS), São Paulo, SP, Brasil

<sup>2</sup>Instituto Clima e Sociedade (iCS), Brasília, DF, Brasil

<sup>3</sup>Instituto Clima e Sociedade (iCS), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**COMO CITAR:** Otero, Martina Rillo, Lima, Amanda Barroso, & Santos, Mariana Guimarães dos (2024). O papel da avaliação na implementação de políticas climáticas ambiciosas. Uma entrevista com Ana Toni. *Revista Brasileira de Avaliação*, 13(2 spe), e131924. <https://doi.org/10.4322/rbaval202412019>

Martina Rillo Otero, branca, gerente de avaliação, Instituto Clima e Sociedade (iCS).

Amanda Barroso Lima, branca, especialista em avaliação, Instituto Clima e Sociedade (iCS).

Mariana Guimarães dos Santos, branca, especialista em avaliação, Instituto Clima e Sociedade (iCS).

## Resumo

O contexto da atual gestão em relação às mudanças climáticas é discutido e apresentado nesta entrevista com Ana Toni, Secretária de Clima do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima. No contexto da expectativa de realização da COP 30 no Brasil, discute-se o papel do país na elaboração de compromissos mais ambiciosos, assim como no incentivo às outras nações para adotarem compromissos mais robustos. O governo atual transversalizou o tema do clima em 19 ministérios, gerando expectativas sobre os resultados nesse campo. Não por acaso um dos maiores desafios para a área climática está no desenvolvimento de métricas claras e na sistematização de um monitoramento que permita avaliar e corrigir, continuamente, a rota das políticas em curso. A participação da sociedade civil organizada é fundamental na criação, no monitoramento e na avaliação das políticas climáticas implementadas. Esses são alguns temas da conversa realizada com Ana Toni, atual Secretária de Mudança do Clima do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima.

**Palavras-chave:** Políticas climáticas. Governança climática. Transversalidade.

## Abstract

The context of current management in relation to climate change is discussed and presented in this interview with Ana Toni, Climate Secretary of the Ministry of Environment and Climate Change. In the context of the expectation of COP 30 in Brazil, the role of the country in the elaboration of more ambitious commitments is discussed, as well as in encouraging other nations to adopt more robust commitments. The current government has mainstreamed climate into 19 ministries, generating expectations about the results in this field. One of the biggest challenges for the climate area is the development of clear metrics and the systematization of monitoring, which allows for continuous evaluation and correction of the route of policies under way, and that's not a coincidence. The participation of organized civil society is fundamental in the creation, monitoring and evaluation of implemented climate policies. These are some of the topics discussed with Ana Toni, current Secretary for Climate Change at the Ministry of the Environment and Climate Change.

**Keywords:** Climate policies. Climate governance. Transversality.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

**Recebido:** Junho 07, 2024

**Aceito:** Junho 13, 2024

**\*Autor correspondente:**

Martina Rillo Otero

E-mail: [martina.rillo@gmail.com](mailto:martina.rillo@gmail.com)

**Instituição Parceira:** Instituto Clima e Sociedade



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



## Uma entrevista com Ana Toni

Dentre as ações preparatórias para a COP 30<sup>1</sup>, prevista para acontecer no Brasil, em 2025, um processo específico tem demandado atenção especial do campo climático: a atualização das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)<sup>2</sup>. Além de refletir um novo compromisso do Brasil, existe uma expectativa de que a NDC brasileira também incentive outras nações a adotarem compromissos mais robustos. O governo atual transversalizou o tema do clima em 19 ministérios, gerando expectativas sobre os resultados nesse campo. Não por acaso um dos maiores desafios para a área climática está no desenvolvimento de métricas claras e na sistematização de um monitoramento que permita avaliar e corrigir, continuamente, a rota das políticas em curso. Alinhar os esforços nacionais aos compromissos internacionais estabelecidos pelo Acordo de Paris de 2015 não é tarefa apenas do governo. A participação da sociedade civil organizada é fundamental na criação, no monitoramento e na avaliação das políticas climáticas implementadas. Esses são alguns temas da conversa realizada com Ana Toni, atual Secretária de Mudança do Clima do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Ana Toni é economista e doutora em Ciência Política. Possui uma longa trajetória trabalhando nas áreas de defesa de políticas públicas, meio ambiente e mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e filantropia. Foi Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS)<sup>3</sup>, Presidente do Conselho do Greenpeace Internacional, Cofundadora do GIP (Gestão de Interesse Público) e membro do Conselho de diversas organizações da sociedade civil, destacando-se em suas contribuições para a política e ciência ambiental no Brasil e internacionalmente.

A entrevista a seguir foi conduzida virtualmente em setembro de 2023 por Martina Rillo Otero, gerente de avaliação do iCS, e Amanda Barroso Lima, especialista da área. Depois de transcrita, o texto foi editado por Mariana Guimarães dos Santos, especialista de avaliação do iCS, para permitir a formatação das respostas para um conteúdo escrito.

1. **Entrevistadoras:** *Após anos atuando na sociedade civil, em 2023 você migrou para o setor público e assumiu a Secretaria de Mudança do Clima no Governo Federal. Considerando essa sua recente transição profissional, qual é a sua visão sobre o cenário climático no país atualmente? E como ele mudou dos últimos anos para cá?*
2. **Ana Toni:** A minha mudança para o setor público reflete uma mudança significativa na política climática do Brasil. A mudança não se limita apenas a uma nova postura de um governo para outro. A política climática se tornou um dos grandes pilares do governo brasileiro. Atualmente, 19 ministérios contam com uma diretoria, uma secretaria ou uma coordenação geral dedicada às mudanças climáticas, e o assunto é uma constante nas falas do presidente da República, sendo também frequentemente discutido por diversos ministros e em vários colegiados. É uma mudança muito radical em relação ao que tínhamos anteriormente. Não se trata apenas de um retorno às políticas climáticas dos últimos governos, nem mesmo das gestões anteriores do presidente Lula. Pelo contrário, agora o clima é um dos temas mais transversais e destacados na Esplanada dos Ministérios. Portanto, é uma transformação profunda. Passamos de um cenário em que o tema climático precisava se provar, lutando contra o negacionismo, onde a ciência não era evidente. Agora, o tema da mudança do clima é mais do que reconhecido. A questão atualmente é: o que vamos fazer? Como podemos acelerar esse processo [de transição

<sup>1</sup> A Conferência das Partes 30 (COP 30) é a 30ª Conferência das Partes - encontros anuais onde os países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) se reúnem para discutir e negociar ações para lidar com as mudanças climáticas globais. As COPs são espaços e momentos importantes para que os países coordenem esforços e estabeleçam metas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e enfrentar os impactos das mudanças climáticas.

<sup>2</sup> A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) é um compromisso voluntário dos países alinhados com o Acordo de Paris (2015), para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas. As NDCs podem incluir metas de redução de emissões, planos de mitigação, estratégias de adaptação e contribuições financeiras para apoiar países em desenvolvimento.

<sup>3</sup> O Instituto Clima e Sociedade (iCS) é uma organização filantrópica que apoia projetos e instituições que visam o fortalecimento da economia brasileira e do posicionamento geopolítico do país, além da redução da desigualdade por meio do enfrentamento das mudanças climáticas e soluções sustentáveis.



para uma economia de baixo carbono]? Quais são as políticas públicas que podemos implementar o mais rapidamente possível? Estamos em busca de soluções, acompanhando uma nova percepção sobre o tema.

3. **Entrevistadoras:** *Quais são os desafios que essa nova e atual articulação intersetorial traz para a agenda climática?*
4. **Ana Toni:** Anteriormente, poucas pessoas se preocupavam com o clima, era um tema de pouca disputa política. No entanto, agora, transformou-se em um assunto de altíssima disputa política. Se antes havia poucos atores envolvidos com o tema, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), atualmente são 19 ministérios envolvidos, o que aumenta significativamente a complexidade do assunto. Eu celebro essa mudança, o aumento do número de envolvidos demonstra que o tema realmente ganhou destaque.

Agora o desafio é muito mais complexo, pois requer alinhamento e coordenação para entrelaçar tópicos fundamentais e avançar com a agenda; mas é um bom desafio a se ter, definitivamente melhor do que ser ignorado. Antes, o tema era negligenciado e não havia disputa. Agora, é um pilar do governo, está em disputa e exige coordenação. Fico feliz com isso.

Além disso, os desafios são muito maiores porque o contexto mudou significativamente. Não apenas o contexto nacional, mas também o contexto internacional, com o tema da mudança do clima atravessando todas as relações internacionais que o Brasil mantém hoje. Portanto, não só mudou em relação à política nacional, mas também transformou completamente a política externa. Isso tornou tudo muito mais complexo e, de certa forma, mais interessante.

5. **Entrevistadoras:** *Quais são as contradições enfrentadas na implementação dos compromissos climáticos assumidos?*
6. **Ana Toni:** O governo iniciou seu mandato na fase de planejamento das políticas públicas. Onde já houveram implementações, percebemos a força com que foram conduzidas. Por exemplo, o combate ao desmatamento já mostra resultados significativos com uma redução de 66% no mês de agosto, em comparação com o ano anterior. De janeiro a agosto de 2023 a redução foi de 48%. Ações como a retirada de grileiros de terras indígenas, criação de novas áreas de conservação e territórios indígenas estão sendo executadas rapidamente. Essas são ações que o governo federal, sob a liderança anterior do presidente Lula, já havia implementado e possui experiência, repetindo-as agora, como no caso do combate ao desmatamento, inclusive com a mesma ministra, Marina Silva, visando dar escala e rapidez à implementação. Além disso, há o suporte significativo para estas ações, demonstrando que a complexidade não tem prejudicado o processo.

Em relação às novas políticas públicas, como os novos planos de mudanças climáticas, houve recentemente uma reunião do Comitê Interministerial de Mudanças do Clima, do qual somos o secretariado. Participam 19 ministérios e, nessa reunião, passamos 56 grandes resoluções, incluindo a criação de 22 grupos de trabalho, dos quais oito são para mitigação e 14 para adaptação, visando desenvolver planos setoriais. A complexidade está em como organizar esses grupos de trabalho, definir os produtos e os cronogramas a serem seguidos. Tudo isso está progredindo muito rapidamente. Alguns planos, como o combate ao desmatamento, são claros e já mostram resultados robustos. Outros tratam de temas inéditos, exigindo reflexão e planejamento.

Também está emergindo uma interação interessante com os governos estaduais, o que representa uma mudança qualitativa. No governo federal, há uma clara percepção de que a política climática ou de combate ao desmatamento não avançará sem uma aliança mais estreita com os estados e municípios. Embora ainda não tenhamos modelos de governança estabelecidos para isso, estamos em processo de construção. Portanto, o ambiente é de entusiasmo e otimismo.

7. **Entrevistadoras:** *Quais são as expectativas para aplicar esse modelo de governança, considerando a liderança brasileira na COP30?*



8. **Ana Toni:** Estamos muito engajados e motivados. É fascinante como o presidente Lula já anunciou que o Brasil sediará a COP 30 em 2025. Aqui na Secretaria, e acredito que em muitos outros setores, já estamos planejando desde agora o que queremos alcançar para essa conferência. Estamos questionando: “O que queremos entregar na COP 30 em termos de políticas? Como queremos que o Brasil seja percebido lá? Como começamos a trabalhar desde já para alcançar esses objetivos?”.

Existe um comitê não apenas para as questões logísticas da COP 30, mas para pensar em nossa nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). O objetivo é apresentar uma nova NDC do Brasil até o início de 2025, de modo que o Brasil possa demonstrar seu compromisso e desafiar outros países a mostrar suas NDCs ambiciosas.

Essa programação estratégica para a COP 30 simboliza a prioridade do governo brasileiro. É algo concreto, com datas definidas, o que é excelente porque nos dá um objetivo claro e inadiável. Todos os ministérios estão mobilizados, trabalhando intensamente para definir o que cada um vai apresentar em seus planos climáticos para a COP 30. Para nós, esse é o cenário perfeito, pois coloca todos os envolvidos em uma trajetória focada e urgente de ação.

9. **Entrevistadoras:** *Que importância você vê nos processos de avaliação de iniciativas climáticas, seja na sociedade civil ou no governo?*

10. **Ana Toni:** Está sendo muito interessante o processo que passamos agora do PPA (Plano Plurianual). Há toda uma dimensão de monitoramento e avaliação envolvida. Não sei se é uma característica deste governo específico, pois nunca estive em outro, mas percebo que é muito focado em indicadores. Uma das coisas interessantes que observei é como esses indicadores são utilizados para avaliar o impacto das políticas na sociedade, e não apenas avaliar em termos de entregas previstas. Por exemplo, a questão da nova NDC não era só sobre a entrega em si, mas sobre como essa meta afeta a sociedade. Isso era algo que sempre precisávamos responder.

Avaliar o impacto climático é muito desafiador porque tendemos a focar muito nos processos [e menos nos resultados]. Agora, dentro do governo, enfrento a mesma questão que enfrentava antes, atuando na sociedade civil organizada. Como as mudanças climáticas afetam a sociedade? Por que esse tema é importante para as pessoas? Essas foram perguntas recorrentes no processo de planejamento, não apenas em nível governamental.

É impressionante ver que pela primeira vez um indicador de gases de efeito estufa (GEE) foi criado dentro do PPA, marcando a emissão de carbono para o governo de forma ampla, o que reflete nossas metas de redução de carbono. No entanto, sabemos no iCS que a métrica de carbono, embora fundamental, não é suficiente<sup>4</sup>. Esse mesmo debate está ocorrendo aqui com o Ministério do Planejamento, o que mostra uma valorização significativa de como medimos e avaliamos questões.

Outro aspecto encorajador é a abordagem do TCU (Tribunal de Contas da União), que desenvolveu uma metodologia chamada Climate Scanner, uma forma de avaliar a governança climática que já está sendo utilizada em auditorias no Brasil e já está se expandindo internacionalmente. O engajamento do TCU mostra que as qualificações para monitoramento e avaliação começam a se voltar para as mudanças climáticas, abordando não apenas os aspectos mais básicos, como o CO<sub>2</sub>, mas também sofisticando a análise para incluir governança e outros temas. Esse debate na sociedade será crucial para a interação com o governo, que está exatamente alinhado com esses esforços.

<sup>4</sup> Embora a inclusão de um indicador de emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Plano Plurianual (PPA) do governo seja um avanço positivo, essa medida por si só não é suficiente para compreender e enfrentar completamente as mudanças climáticas. As mudanças climáticas são multideterminadas e sua solução passa por diferentes campos: político, econômico, social, cultural, entre outros. Os impactos também são diversos, passando pela perda da biodiversidade, elevação do nível do mar, intensidade dos eventos extremos, secas e todas as suas consequências para a economia, e a vida. A solução passa pela necessidade de integração e desenvolvimento da resiliência e adaptação às mudanças climáticas, com investimentos em energia renovável, conservação dos ecossistemas, promoção de uma agricultura justa, entre outros. E há, ainda, a consideração do contexto local e global (com suas realidades diversas). Tudo isso demonstra a importância de abordagens mais abrangentes para lidar com esse desafio global.



11. **Entrevistadoras:** *Você está dizendo que a avaliação de emissões ocorre em relação a políticas que são transversais? Ou seja, políticas que, embora não sejam diretamente focadas no clima, utilizam critérios climáticos para serem avaliadas? Isso significa que a questão das emissões é totalmente transversal?*

12. **Ana Toni:** O desejo com esse plano anual é justamente monitorar e relatar como o Brasil está se desempenhando em termos de emissões de carbono, isto é, quantificar a “carbonização”. Existem diversos instrumentos sendo utilizados para avaliar o impacto das políticas públicas sobre o clima, especialmente em termos de emissões.

Um desses instrumentos está situado no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o Simulador Nacional de Políticas Setoriais e Emissões (SINAPSE MCTI)<sup>5</sup>. Quando eu estava na sociedade civil eu não tinha conhecimento sobre ele e percebo que não é amplamente conhecido dentro do governo. Durante uma visita ao MCTI, tive a oportunidade de conhecer o SINAPSE e outros instrumentos [de avaliação de emissões] e fiquei muito impressionada.

O governo já está utilizando diferentes ferramentas para este monitoramento. No caso do MCTI o foco é nas emissões de carbono; no TCU a ênfase é na governança; e no PPA o foco ainda está no orçamento. Embora ainda não haja uma conversa integrada e organizada sobre todos esses aspectos, é evidente que existem iniciativas robustas de medição em andamento.

Há no Ministério do Planejamento uma secretaria inteira dedicada ao monitoramento e avaliação. Atualmente, o secretário desse departamento é Sergio Firpo<sup>6</sup>. Nossas discussões têm focado em como integrar o tema da mudança do clima de maneira mais robusta nesta Secretaria.

13. **Entrevistadoras:** *Qual é a importância de tornar tanto o campo climático quanto o campo da avaliação mais inclusivos e democráticos?*

14. **Ana Toni:** Em geral, o governo Lula tem avançado significativamente em termos de inclusão nas políticas climáticas. Anteriormente, o Comitê Interministerial de Clima era composto por cerca de 12 ministérios, focando apenas nos mais engajados com o tema. Agora, expandiu-se para 19 ministérios, incluindo os de Igualdade Racial e Povos Indígenas, evidenciando uma abordagem mais inclusiva e abrangente.

A visão atual é que não se pode conceber políticas climáticas sem considerar a inclusão. O Brasil, como sociedade, avançou muito mais do que muitos outros países no conceito de transição justa, adotando uma perspectiva social mais ampla. Agora o desafio é tornar esses avanços concretos. Estamos nos debruçando sobre como as políticas públicas climáticas podem beneficiar a área social que almejamos.

Uma questão que surge é como o combate ao racismo pode ser integrado em todas as políticas climáticas, conforme a demanda do Ministério da Igualdade Racial. Por exemplo, o que significa abordar o combate ao racismo na política de combustíveis ou considerá-lo um desafio estrutural na política agrícola? Se não conseguirmos responder essa e outras perguntas, continuaremos exigindo que negros, mulheres e outros grupos marginalizados forneçam as respostas. Contudo, não deveria ser apenas responsabilidade deles, mas de todos nós.

Estamos em um momento crucial para pensar quais são as respostas adequadas, não apenas de incluir o racismo como tema, mas de entender que o ônus não deve recair somente sobre essas populações. Fico feliz que estejamos avançando para além da necessidade de inclusão e trabalhando para que todos participem ativamente na formulação de respostas.

15. **Entrevistadoras:** *Você mencionou que a governança do comitê interministerial já é inclusiva e está bem estruturada, com maior representatividade desses grupos. Embora ainda esteja no começo da atuação do comitê, há alguma política ou decisão relacionada ao Clima que você já perceba que esteja incorporando essa nova abordagem?*

<sup>5</sup> O SINAPSE MCTI é a ferramenta oficial do governo brasileiro para projeção de cenários de implementação de políticas públicas setoriais e potencial de redução de emissões de GEE, visando o alcance das metas contidas na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) submetida pelo país ao Acordo de Paris.

<sup>6</sup> Sergio P. Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e de Assuntos Econômicos do Ministério de Planejamento e Orçamento do Governo Federal do Brasil.



16. **Ana Toni:** O Ministério de Minas e Energia (MME), com uma proposta de política pública significativa que já foi implementada, que trata da eletrificação e do acesso à energia limpa na Amazônia, sendo a primeira desse tipo a ser lançada. A iniciativa foca em tornar a energia [renovável] acessível para pequenas populações, algo que não era anteriormente uma prioridade para o MME. Contudo, seja por pressão política ou por uma crescente consciência social, eles foram impelidos a desenvolver rapidamente uma política voltada para energias renováveis específica para a Amazônia. Este é um exemplo de como as demandas podem influenciar a formulação e a priorização de políticas públicas no setor.

17. **Entrevistadoras:** *E como a sociedade civil se insere nesse contexto?*

18. **Ana Toni:** Observo que a relação entre sociedade civil, filantropia e governo é complexa. Talvez o Ministério do Meio Ambiente (MMA) seja o que mais interage com a sociedade civil, devido a razões históricas. No entanto, percebo que, de modo geral, há pouca interação entre a sociedade civil e o governo. Isso é impressionante e reflete os preconceitos existentes, além das diferenças de tempo e linguagem.

O dia a dia dentro do governo é mais tático do que estratégico. Há uma constante necessidade de criar políticas, realizar reuniões, responder a demandas parlamentares e ministeriais. Tudo isso resulta em uma rotina de ações contínuas e imediatas, enquanto na sociedade civil o foco tende a estar mais nas grandes políticas e visões de longo prazo.

Essa diferença demonstra que ainda existe espaço e oportunidades para uma maior colaboração entre Gostaria de poder dedicar mais tempo para refletir sobre este tema e conversar com pessoas que transitaram entre esses dois mundos, pois acredito que isso pode enriquecer nossa compreensão.

Quando estamos em oposição, como ocorreu com o último governo, o papel da sociedade civil é mais claro. No entanto, quando o governo tem políticas ou objetivos similares aos da sociedade civil, surgem dúvidas sobre como trabalhar juntos sem instrumentalizar a sociedade civil, mas ainda assim colaborando efetivamente. É necessário encontrar um meio de trabalhar conjuntamente, respeitando a autonomia e contribuições de cada parte.

Como a sociedade civil pode colaborar sem perder sua identidade? É crucial reconhecer que os governos frequentemente precisam que a sociedade civil lidere para que possam avançar. Ainda não está claro para a sociedade civil brasileira como fazer isso de maneira eficaz.

Particularmente, a sociedade civil ainda não estabeleceu um diálogo aberto para discutir, debater ou exigir avaliações específicas sobre as ações do governo federal relacionadas às mudanças climáticas. Até onde sei, nunca houve uma reflexão profunda sobre como essas avaliações devem ser conduzidas. Este é um debate que está apenas começando, tanto dentro da sociedade civil quanto entre a sociedade civil e o Estado.

Por exemplo, qual é a opinião da sociedade civil sobre o *Climate Scanner*? É eficaz? E sobre os instrumentos de avaliação utilizados pelo Sinapse ou pelo PPA? Parece que a sociedade civil brasileira que atua na avaliação climática ainda não se aprofundou nos instrumentos de avaliação disponíveis. Este é um campo que ainda precisa ser amplamente explorado e é de grande necessidade.

19. **Entrevistadoras:** *Que recomendação você daria para a comunidade que trabalha com avaliação pudesse contribuir de uma forma mais efetiva? O que você indicaria para as pessoas que querem aprofundar seu conhecimento, sua contribuição?*

20. **Ana Toni:** Atualmente, estou me familiarizando com os instrumentos de avaliação de políticas públicas em geral, e mais especificamente com aqueles voltados para a política pública climática. Adoraria que a sociedade civil pudesse avaliar se esses instrumentos são eficazes ou não. Seria benéfico ter uma perspectiva externa sobre esses mecanismos, talvez consolidando todas essas informações em um único local. Como mencionei, mesmo dentro do governo, há uma falta de conhecimento cruzado sobre os instrumentos disponíveis.

Um possível papel para a sociedade civil seria realizar um mapeamento abrangente de todas as avaliações de políticas públicas relacionadas direta ou indiretamente às mudanças



climáticas e compilar essas informações em um site ou publicação detalhada. Isso ajudaria a esclarecer a extensão e a eficácia das políticas existentes e destacaria a importância do processo de avaliação.

Além disso, considerando o contexto global, seria útil investigar os *benchmarks* internacionais de avaliação de políticas climáticas. Que inovações estão sendo implementadas em outros países? É essencial entender como estamos posicionados em relação a esses *benchmarks* para aprimorar nossa própria governança e políticas. Por exemplo, o próprio Climate Scanner está tentando medir a governança global nesse aspecto. Isso reflete a necessidade de uma avaliação mais estruturada e integrada, tanto nacional quanto internacionalmente.

### **Fonte de financiamento**

Não há.

### **Conflito de interesse**

As autoras trabalham no Instituto Clima e Sociedade, fundado e liderado pela entrevistada, Ana Toni, até janeiro de 2023. A entrevista foi realizada após a data de sua saída da instituição.

### **Agradecimentos**

As autoras agradecem à entrevistada pela disponibilidade e generosidade para dar a entrevista.